

Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto

(1822-2009)

I volume

Fernando de Sousa



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto

(1822-2009)

I volume

Coordenação

Fernando de Sousa

Autores

Fernando de Sousa

Manuel Pires Ribeiro

Ricardo Rocha

Colaboração

Bruno Rodrigues

Diogo Ferreira

Maria José Ferraria

Paula Barros

Paulo Amorim

Silvia Braga



Título

Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)

Edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
Rua do Campo Alegre, nº 1021/1055 Ed. CEPESE • 4169 Porto
Telef. 22 600 15 13 / 22 609 53 47 • Fax 22 543 23 68
email cepese@cepese.pt • web <http://cepese.up.pt>

Coordenação

Fernando de Sousa

Autoria

Fernando de Sousa
Manuel Ribeiro
Ricardo Rocha

Colaboração

Bruno Rodrigues
Diogo Ferreira
Maria José Ferraria
Paula Barros
Paulo Amorim
Sílvia Braga

Tradução

Ricardo Rocha

Créditos Fotográficos

Arquivo Histórico Municipal do Porto / Casa do Infante
Biblioteca Pública Municipal do Porto
Centro Português de Fotografia
Espólio Fotográfico Português
João Paulo Sotto Mayor
Museu do Douro
Real Companhia Velha

Design

João Machado

Produção

João Machado Design, Lda
José António Rocha
Marta Machado

Impressão

Orgal – Impressores

Tiragem

1000 exemplares

ISBN

978-989-95922-4-7

Depósito Legal

292273/09

Impresso em Abril de 2009





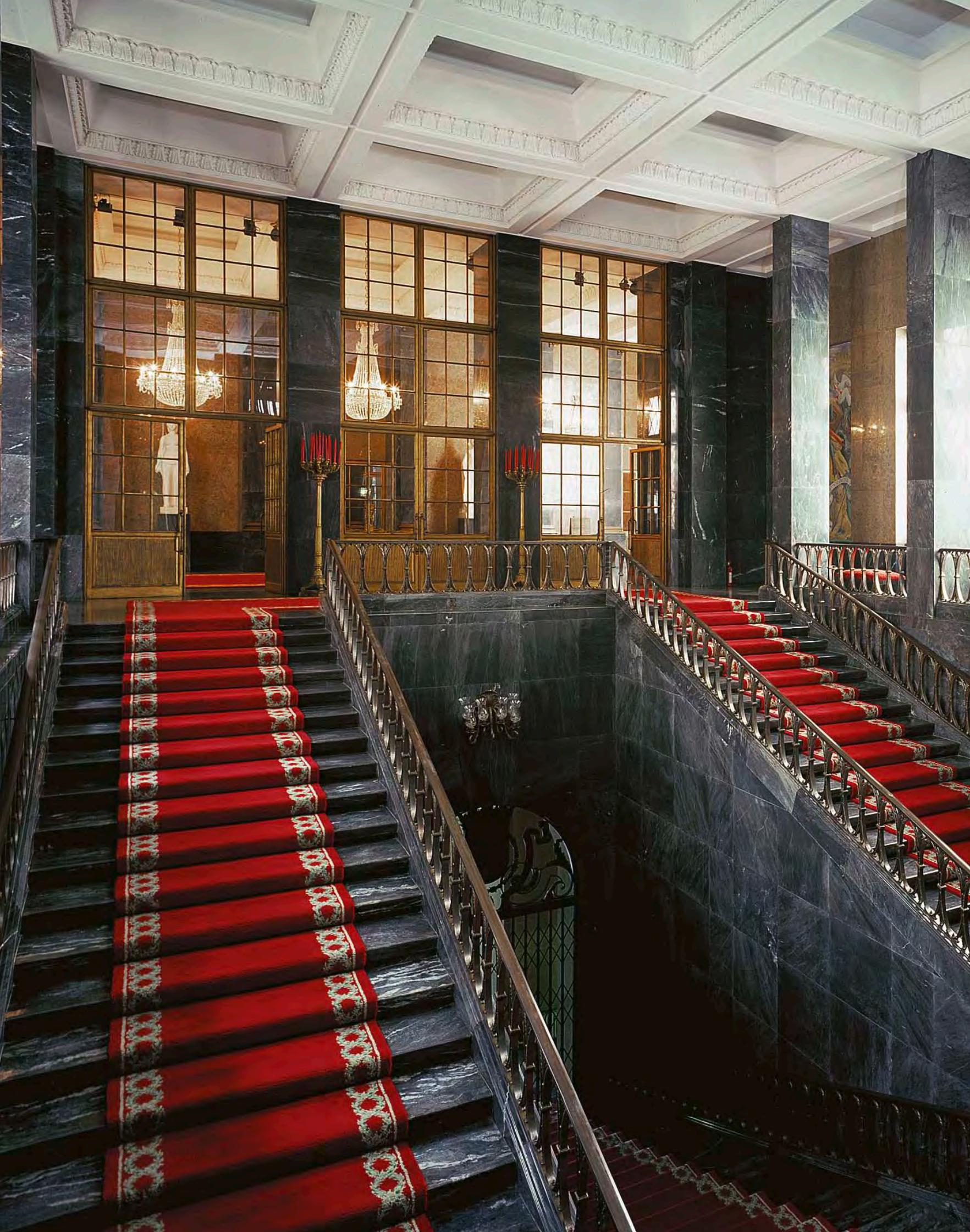


Índice

Apresentação	9
Introdução	11
1. Regime jurídico das Câmaras Municipais e seus Presidentes (1822-2009)	21
1.1. A Constituição de 1822 e a legislação aplicável aos Municípios	22
1.2. Carta Constitucional de 1826	25
1.3. Legislação de 1832-1835	25
1.4. Código Administrativo de 1836	27
1.5. Código Administrativo de 1842	31
1.6. A reforma administrativa de 1878	37
1.7. O Código Administrativo de 1886	41
1.8. Os Códigos Administrativos de 1895 e 1896	49
1.9. A Primeira República e a legislação aplicável às Câmaras Municipais (1910-1926)	52
1.10. O Estado Novo, a Constituição de 1933 e o Código Administrativo de 1936-1940	60
1.11. A revolução de 25 de Abril de 1974 – os Municípios em tempo de Democracia	76
1.12. Enquadramento jurídico dos Municípios ao presente	85
2. Balanço da Câmara Municipal do Porto quanto à forma de aquisição e duração do mandato do Presidente, sua composição e autonomia (1822-2009)	97
2.1. Forma de aquisição do mandato	97
2.2. Duração do mandato	98
2.3. Composição da Câmara Municipal do Porto	98
2.4. A autonomia da Câmara Municipal do Porto	98
3. Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)	105
3.1. Naturalidade dos Presidentes da Câmara do Porto	107
3.2. Idade dos Presidentes da Câmara do Porto à tomada de posse	107
3.3. Origem social e socioprofissional dos Presidentes da Câmara do Porto	108
3.4. Duração dos mandatos dos Presidentes da Câmara do Porto	111
3.5. Carreira política dos Presidentes da Câmara do Porto	112
3.6. Representatividade do corpo eleitoral quanto à eleição do Presidente da Câmara do Porto	114
Conclusão	117
Quadro geral dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)	121

Biografias dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)	128
Tomás da Silva Ferraz (1822-1823)	129
Manuel Nunes Chocha do Couto (1823)	135
João Rodrigues de Oliveira Catalão (1823-1826)	139
José Bento da Rocha Melo (1826-1828)	143
António da Cunha Vasconcelos (1828)	147
José Bento da Rocha Melo (1828-1829)	151
João Manuel Alexandrino de Vasconcelos (1829-1830)	155
Francisco Ribeiro de Figueiredo (1830-1832)	159
Arnaldo Van Zeller (1832-1833)	163
José Pimentel Freire Machado (1833)	167
António Alexandre Rodrigues de Oliveira (1833-1834)	173
José da Silva Passos (1834)	177
António Alexandre Rodrigues de Oliveira (1834)	183
Vicente Ferreira de Novais (1835)	187
João Manuel Teixeira de Carvalho (1835)	191
Francisco da Rocha Soares (1835-1836)	195
João José Coelho (1836)	199
Manuel Pereira Guimarães (1836)	203
Tadeu António de Faria (1836-1837)	207
Luciano Simões de Carvalho (1837-1838)	211
Miguel Joaquim Gomes Cardoso Júnior (1839)	217
Francisco da Rocha Soares (1840)	223
José Maria Ribeiro Pereira (1840-1841)	227
Jerónimo Carneiro Geraldês (1841-1842)	231
António Vieira de Magalhães (1842-1846)	235
José da Silva Passos (1846)	241
Manuel Joaquim Machado (1846-1847)	247
Luís Brandão de Melo Cogominho (1847)	251
António Vieira de Magalhães (1847-1849)	255
Domingos Ribeiro de Faria (1850-1851)	259
José António de Sousa Basto (1852-1855)	263
António Vieira de Magalhães (1856-1858)	267
António José Antunes Navarro (1858-1865)	271
Francisco Pinto Bessa (1866-1878)	277
António Pinto de Magalhães Aguiar (1878-1881)	285
José Augusto Correia de Barros (1881-1886)	291
José Frutuoso Aires de Gouveia Osório (1887)	299
António de Oliveira Monteiro (1887-1892)	305
António Ribeiro da Costa e Almeida (1893-1896)	311
Venceslau de Sousa Pereira de Lima (1896-1898)	319
João Baptista de Lima Júnior (1898-1900)	323
Venceslau de Sousa Pereira de Lima (1900-1901)	333
Manuel de Sousa Avides (1902-1905)	337
João Baptista de Lima Júnior (1905-1906)	343
Jacinto da Silva Pereira Magalhães (1907)	347
José Nunes da Ponte (1907-1908)	351
Cândido Augusto Correia de Pinho (1908-1910)	355
José Nunes da Ponte (1910-1911)	361
Francisco Xavier Esteves (1911-1913)	367
Adriano Augusto Pimenta (1913)	374
Manuel de Moraes e Costa (1913-1914)	377
Henrique Pereira de Oliveira (1914-1915)	381
Francisco Xavier Esteves (1915)	389

Henrique Pereira de Oliveira (1915-1917)	395
Augusto Pereira Nobre (1918)	401
Artur Jorge Guimarães (1918)	407
Augusto Cupertino de Miranda (1918)	411
José Nunes da Ponte (1918)	415
José Alves Bonifácio (1918-1919)	419
Armando Marques Guedes (1919)	425
José Gonçalves Barbosa de Castro Júnior (1919-1920)	431
Eduardo Ferreira dos Santos Silva (1920-1921)	435
António Joaquim de Sousa Júnior (1921-1924)	441
José Pereira da Silva (1925)	449
António Joaquim de Sousa Júnior (1925)	453
Alberto Pereira Pinto de Aguiar (1926)	457
Raul de Andrade Peres (1926-1930)	461
Augusto de Sousa Rosa (1930-1933)	467
José Alfredo Mendes de Magalhães (1933-1936)	473
António Augusto Esteves Mendes Correia (1936-1942)	479
João de Espregueira Mendes (1942)	487
Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento (1942-1944)	493
Jorge de Viterbo Ferreira (1944-1945)	501
Luís José de Pina Guimarães (1945-1949)	507
Francisco Nicolau de Sousa Dias Goulão (1949)	515
Lucínio Gonçalves Presa (1949-1953)	519
António de Oliveira Cálem (1953)	527
José Albino Machado Vaz (1953-1962)	531
Nuno Maria de Figueiredo Cabral Pinheiro Torres (1962-1969)	543
António Fontes Veiga de Faria (1969)	553
Nuno Henrique Macieira de Vasconcelos Porto (1969-1974)	559
Artur Vieira de Andrade (1974-1975)	567
Boaventura José Martins Ferreira (1975)	573
Rogério Manuel de Castro Tavares (1975-1977)	579
Aureliano Capelo Veloso (1977-1980)	583
Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães (1980-1983)	591
António Guilherme Paulo Vallada (1983-1985)	597
Fernando Soares Cabral Monteiro (1986-1990)	603
Fernando Manuel dos Santos Gomes (1990-1999)	611
Nuno Magalhães da Silva Cardoso (1999-2002)	621
Rui Fernando da Silva Rio (2002-2009)	627
Fontes e Bibliografia	639
Abstract	645
Nota sobre os autores e colaboradores	652
Índice analítico	655
Índice Geral	669





Apresentação

Nenhuma instituição se faz por si própria. A sua grandeza depende da grandeza das pessoas que as servem. Mas as pessoas passam e as instituições ficam. Com o que de melhor e de pior a história lhes consagra. Razão suficiente para que cada servidor dessas instituições deva saber e ter sempre presente que os seus actos e as suas decisões, enquanto no exercício das funções que lhe são confiadas, não-de ser sempre parte de um certo tempo.

O Porto, cidade milenar, tem uma vasta história que constitui um manancial de saberes difícil de igualar. E este legado só pode ser fonte de inspiração para o presente, e linha de referência para o futuro. Porque a modernidade só o é se souber respeitar o que de melhor recebemos em herança, e se da nossa acção resultarem mais-valias para as gerações vindouras. Estas foram as razões que me impeliram e motivaram para impulsionar um trabalho de inegável valor cultural, consubstanciado numa vasta pesquisa e sistematização das mais importantes etapas da História da Câmara do Porto, desde a revolução liberal do Porto, em 1820. A tarefa impunha ser confiada a uma instituição de reconhecido mérito intelectual, indiscutível competência científica e independência política. Por isso, convidámos o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, creditado como o centro de investigação científica de estudos históricos mais importante do Porto e do Norte de Portugal, fundado em 1990 pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida.

O trabalho que agora se publica sobre os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009) não deverá ficar por aqui. Outros trabalhos de elevado rigor científico se irão seguir.

Entendo como um dever das funções que, com subida honra, fui chamado a exercer, dar a conhecer às nossas gerações e legar às futuras, momentos relevantes do nosso passado que ajudam a entender as raízes mais profundas da nossa cultura. Como toda a História, também a da nossa cidade regista momentos de glória, de heroísmo, de afirmação, mas também de incerteza, de angústia e de sofrimento. Etapas da vida com momentos bons e maus. Retratos de um passado onde os homens e as mulheres do Porto foram actores do próprio devir.

Ontem como hoje, é-nos exigido que façamos o melhor. E, sobretudo, que cada um, intérprete do momento que vive, assuma o compromisso que melhor o identifique com a história e as suas circunstâncias. Em sintonia consigo próprio, e em sintonia com a comunidade de que todos somos parte.

Paços do Concelho, 25 de Abril de 2009

Rui Rio

Presidente da Câmara Municipal do Porto



Introdução

Ninguém de boa-fé e olhos que queiram ver poderá deixar de ter amor a esta grande cidade, desde que a embranqueçam daquela modernidade histórica que não estraga a face das coisas mas lhe acresce o sentido. Alegrem-lhe o rosto encardido de tristeza, alimentem-lhe a fome de justiça, dêem-lhe os valores sociais por que sempre lutou, e deixem-na nessa nudez desafiar a incompreensão dos homens e a incógnita do tempo.

(Miguel Torga, *O Porto*, Coimbra, 1944)

Oliveira Marques escreveu que a escassez das biografias “constitui uma das bases do atraso da nossa historiografia” dos séculos XIX e XX. E acrescentava que nos faltava “claramente, um bom dicionário biográfico onde, com critério na selecção das figuras e na ordenação dos dados, estivessem arroladas as personalidades mais actantes nos variados campos da actividade humana”. Certamente que esta asserção, feita nos inícios dos anos de 1980 por um dos maiores historiadores portugueses, precoce e infelizmente desaparecido, já não tem pleno cabimento, mas limitando-nos, por agora, ao mundo da política desde 1820 até ao presente, ou seja, desde a introdução do liberalismo em Portugal, verificamos que há ainda muito que fazer. É certo que algumas das figuras políticas do Portugal Contemporâneo já encontraram o seu biógrafo. Mas muitas das personalidades que desempenharam funções de primeiro plano, quer na administração central, quer na administração regional e local, são totalmente desconhecidas, encontrando-se arredadas das enciclopédias e dicionários, não conseguindo nós compreender por que é que tal acontece, e por outro lado, quando fazem parte de tais instrumentos de consulta, que critérios levaram a que figuras de segundo plano tenham uma notícia biográfica extensa, pormenorizada – caso de numerosos militares e aristocratas – e políticos de relevo sejam biografados em meia dúzia de linhas, não raras vezes semeadas de erros, imprecisões ou lacunas que a simples consulta das fontes impressas ou da bibliografia existente poderia, desde logo, eliminar.

No entanto, o caminho para a recolha e publicação das notícias biográficas dos políticos foi indicado desde cedo. Logo em 1822, José Gorjão publicava a *Galeria dos deputados das cortes geraes e extraordinarias e constituintes da nação portugueza*. Em 1843, da autoria do deputado João de Azevedo ou de outro deputado, iniciou-se a publicação do *Diccionario biographico politico, ou galeria dos contemporaneos*, logo interrompida, porém, devido à revolta de Torres Novas, em Fevereiro de 1844, razão pela qual, apenas foram publicadas as biografias de trinta e pouco deputados.

A obra de 1822, porém, ficou por muito tempo isolada, não tendo havido, por parte dos chefes de Estado, dos sucessivos Governos ou do Parlamento, durante muito tempo, qualquer preocupação em dar a conhecer, através de publicações sistemáticas ou dicionários, as biografias de quem sucessivamente foi integrando os órgãos de soberania ou desempenhou funções de relevo no mundo da política.

Se tivermos, porém, de relevar o esforço meritório de alguns dos órgãos de soberania nesta matéria, por mais simples que ele tenha sido, é ao Parlamento que devemos atribuir o principal mérito. Com efeito, para além da iniciativa isolada que já referimos, a partir do último quartel do século XIX, verificamos que algum trabalho foi realizado, ligado ao Parlamento, com o objectivo de dar a conhecer governantes e deputados, dando origem a estudos que hoje constituem valiosas fontes para quem se preocupa com a história política em geral e os retratos dos políticos em particular.







De todas elas, gostaríamos apenas de dar conta de quatro, uma do século XIX e três muito recentes.

De finais do Oitocentismo português, apenas referimos um estudo excelente, mas pouco consultado, as *Luctas caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, de Marques Gomes, publicado em 1899, que regista numerosas biografias de políticos para a época referida, dando conta de aspectos inéditos e singulares relativos à vida dos mesmos.

Dos trabalhos recentes, pelo seu carácter inovador, saudamos o estudo coordenado por Zília Osório de Castro, *Lisboa 1821. A cidade e os políticos*, de 1996; *Os Presidentes da República Portuguesa*, coordenado pelo professor António Costa Pinto, de 2001; e, finalmente, *Os Governadores Cívicos do Distrito de Vila Real*, de Fernando de Sousa, publicado em 2002.

De qualquer modo, continuam a faltar-nos obras que, de um modo sistemático, nos forneçam as biografias dos políticos portugueses dos últimos dois séculos. Esta lacuna coloca-se, sobretudo no plano dos sucessivos Governos, desde 1820 até ao presente. Ninguém sabe quem foram, por exemplo, os presidentes do Parlamento ou os primeiros-ministros. A investigação feita para os presidentes da República e para os parlamentares tem de ser alargada, com urgência, para o período em questão, a outras personalidades, nomeadamente aos responsáveis pelas autarquias municipais das principais cidades de Portugal, muito especialmente do Porto e de Lisboa. Não com a profundidade e a extensão que inviabilizam resultados válidos em tempo útil. Mas com o rigor suficiente para se conhecer quem foram, no mínimo, a sua naturalidade, origem social, formação, idade ao tempo do exercício das funções governativas, outros cargos políticos exercidos e actividade política.

Sobre os Presidentes da Câmara do Porto, até ao momento, apenas dispúnhamos de uma brevíssima e incompleta notícia publicada na revista *Porto Sempre*¹, uma lacunar e confusa lista dos *Homens da Governança do Município do Porto desde 1428 até 1949*, dada a lume no *Boletim da Câmara Municipal do Porto*², ligeiras notas biográficas de um ou outro no *Dicionário de personalidades portuenses do século XX*³ e a escassa informação constante da página da Câmara Municipal do Porto na Internet.

Significativamente, quer a *História da Cidade do Porto*, obra em três volumes dirigida por Damião Peres e António Cruz (1962-1965), quer a *História do Porto* coordenada por Oliveira Ramos (1994), não fornecem qualquer contributo relevante para o conhecimento dos Presidentes da Câmara do Porto e mesmo da actividade da Câmara da cidade, enquadrada nos respectivos mandatos.

É este, assim, o panorama da investigação desenvolvida sobre os Presidentes da Câmara do Porto até 2009, ano em que se lança a presente obra, *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*.

Iniciamos este trabalho com o primeiro Presidente eleito directamente pelos cidadãos, na sequência da legislação eleitoral entretanto aprovada pelo regime liberal e da Constituição de 1822, Tomás da Silva Ferraz, e concluímo-lo com o Presidente em exercício ao presente, Rui Rio.

A eleição de Tomás da Silva Ferraz marca, com efeito, uma ruptura com a forma de aquisição do mandato pelos juizes de fora do Antigo Regime que presidiam às Câmaras mais importantes do País, nomeadamente à do Porto, e que eram nomeados pelo Governo. Permanecerá como um facto isolado, uma vez que só a partir de 1834 é que os Presidentes da Câmara do Porto voltarão a ser eleitos. Mas assinala o caminho que irreversivelmente vai ser aberto pelo constitucionalismo monárquico, após a instauração definitiva do liberalismo em Portugal, na sequência da extinção do regime absolutista de Miguel I.

No que diz respeito aos Presidentes da Câmara Municipal do Porto, o nosso trabalho tem por objectivo traçar as suas biografias, procurando responder, sempre que as fontes consultadas o permitiram, a questões tão simples quanto difíceis de responder. Quem são? Qual a sua naturalidade? Qual a área socioprofissional de recrutamento? Qual a sua idade à tomada de posse? Qual o tempo do seu mandato? Qual a acção ou o papel político que desempenharam no exercício dos seus mandatos? Que outros cargos políticos, além de Presidentes da Câmara Municipal do Porto, exerceram? Que publicações nos deixaram?

Perguntas que permanecem até hoje por responder, pelas razões que já referimos a propósito da classe política e pelo facto de não existir qualquer publicação que registe, com rigor, os nomes dos que presidiram aos destinos da Câmara Municipal do Porto e o tempo durante o qual exerceram as suas funções.

Os livros das vereações existentes no Arquivo Histórico da Cidade constituíram para nós uma fonte preciosa e imprescindível, fornecendo-nos com segurança, regra geral, as datas, os nomes e a duração dos mandatos daqueles que estiveram à frente do Município do Porto. Só que aquela fonte não é nenhuma bíblia. Nem sempre menciona os autos de posse das personalidades que, em momentos excepcionais da vida nacional, exerceram efectivamente as funções de Presidentes da Câmara, ou os Presidentes das Comissões Administrativas que, uma vez nomeados, desempenharam efemeramente tais funções, havendo casos até em que se nomearam e coexistiram dois políticos enquanto Presidentes da Câmara, um pelo Governo existente, o outro instalado por forças revolucionárias que se levantavam contra o Governo a partir do Porto. E por outro lado, as indicações relativas às nomeações dos Presidentes da Câmara do Porto e seus vereadores, nos livros das vereações em que se registam as tomadas de posse – à semelhança do que acontece, quase sempre, com os governantes e deputados –, são nuas e cruas, isto é, registam os nomes e nada mais. Não há uma nota, uma referência quanto à sua naturalidade, idade, profissão, filiação, etc., nada adiantando, pois, quanto ao seu perfil biográfico.

Finalmente, as enciclopédias e dicionários existentes, mesmo aqueles que são contemporâneos dos Presidentes da Câmara em exercício, quase nunca os contemplam, e quando tal acontece, rarissimamente nos fornecem uma biografia rigorosa, sem omissões ou erros. E o mesmo se passa quanto aos estudos de natureza local, dando-nos mais depressa um episódio ou pormenor anedótico, uma crítica ou um comentário político, do que uma biografia, ainda que resumida, de tais personalidades. Até os livros de genealogia



ou da «nobreza» não escapam ao pecado da lacuna e, por vezes, do erro grosseiro. Assim, muitas vezes, conhecemos um nome e nada mais. Que fazer?

Os Presidentes da Câmara do Porto civis, bacharéis ou licenciados, entre 1822-1834, levaram-nos ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Desembargo do Paço, Leitura dos Bacharéis), onde recolhemos os processos de habilitação dos que pretendiam ingressar no corpo da magistratura ou servir na administração local. Entre 1822 e o presente, para os Presidentes com curso superior, desenvolvemos pesquisas nos arquivos das Universidades de Coimbra, Porto e Lisboa. Os titulados remeteram-nos para os sítios de genealogia, arquivos e livros da «nobreza». E os militares, para o Arquivo Histórico Militar, para consultarmos os seus processos individuais, nem sempre existentes.

Pesquisa acompanhada, como não podia deixar ser, da consulta de jornais e revistas, de obras com carácter biográfico mais ou menos explícito, de monografias regionais e locais. E ainda, não raras vezes, utilizamos os registos paroquiais, nos arquivos distritais, por intuição, analogia, informação ou mero pressentimento... muitas vezes, sem êxito. Sem esquecermos os contactos pessoais com descendentes ou familiares dos que foram Presidentes da Câmara do Porto e os testemunhos orais, nos casos em que valia a pena explorar tais fontes, nomeadamente, dos ex-Presidentes da Câmara que ainda estão vivos, uma vez que conhecemos pessoalmente todos aqueles que exerceram tais funções após 1974, ligando-nos a alguns deles relações de amizade.

Enquanto instrumentos de consulta que se revelaram significativamente úteis para as biografias dos Presidentes da Câmara do Porto e a sua actuação à frente do Município, importa referir, de entre as numerosas fontes impressas, publicações oficiais, como a *Chronica Constitucional do Porto* e o *Diário do Governo*, as colecções de *O Tripeiro (1908-1913, 1919, 1930-1931, 1945-1974, 1981-2008)*, o *Boletim da Câmara Municipal do Porto (1936-1987)*, os Relatórios Municipais da Câmara que, de forma irregular, se começaram a publicar desde 1839, e os *Documentos e memórias para a história do Porto (1936-2000)*, editados pelo Gabinete de História da Câmara Municipal do Porto; e outras obras como o *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio da Silva e Brito Aranha, com os aditamentos, subsídios e guia bibliográfica ao mesmo (1858-1958), o *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal (1873-1890), as *Luctas Caseiras*, de Marques Gomes (1894), e os *Subsídios para a História Política do Porto (1823-1829)*, de Pedro Dias (1896).

Os resultados aí estão, distintos em função do que encontramos... e do que não encontramos.

Assim, há Presidentes da Câmara Municipal do Porto de que já poderíamos escrever uma biografia extensa. Outros existem, dos quais pouco mais sabemos que o nome. Esperamos que, após a publicação desta obra, possamos vir a ter os elementos que não conseguimos recolher, deste ou daquele Presidente, fornecidos por quem a consultar, de forma a, em próxima edição, colmatarmos as lacunas existentes e corrigirmos os erros que, num trabalho desta natureza, inevitavelmente aparecem.

Cada biografia encontra-se estruturada do seguinte modo. Primeiro são apresentados os elementos de identificação e principais traços da sua vida cívica e política. Segue-se uma nota quanto a publicações suas, sempre que tal se justifica, e as informações relativas à actividade de cada Presidente à frente da Câmara do Porto (embora não seja o objectivo do nosso trabalho). Sucede-se a lista dos nomes dos vereadores da Câmara Municipal do Porto presentes na sessão em que, pela primeira vez, nos aparece o Presidente, ou na reunião da sua posse – a indicação dos vereadores efectivos e substitutos que se sucederam ao longo dos mandatos torna-se incompatível com a duração da investigação e a dimensão desta obra, a exigir, por si só, um outro projecto de investigação. Apresentam-se depois, em itálico, os textos relativos a cada Presidente ou à Câmara a que presidiu – sessões de tomada de posse, actas de vereações, representações, proclamações, notícias de jornais, considerações relativas a importantes momentos históricos, editais, posturas, testemunhos pessoais, discursos, etc. –, que ajudam a caracterizar o mandato e a exemplificar as acções e preocupações do Presidente e da sua Câmara, a demonstrar a cultura daquele, a definir a sua personalidade. Finalmente, indicam-se as fontes e bibliografia consultadas.

Uma última palavra quanto à metodologia e estrutura deste trabalho.

No primeiro capítulo, apresentamos o enquadramento jurídico das Câmaras Municipais e seus Presidentes durante o período em estudo, de forma a termos uma noção exaustiva das suas atribuições e competências, à luz de todos os códigos administrativos e da legislação publicados até ao presente, de forma a darmos a possibilidade ao leitor de apreender e comparar justamente tais atribuições e competências ao longo do tempo.

No segundo capítulo, efectuamos o balanço das Câmaras Municipais quanto à forma de aquisição e duração dos mandatos do Presidente e vereadores, sua composição e grau de autonomia entre 1822 e 2009, dando particular relevo, logicamente, à Câmara Municipal do Porto.

No terceiro capítulo, procuramos sintetizar os aspectos fundamentais que têm a ver com a identidade e as funções cívicas ou políticas



dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto, de forma a respondermos às questões que colocamos, muito particularmente, a sua naturalidade, origem social e socioprofissional, idade à tomada de posse, forma de aquisição do mandato, número e duração dos mandatos, carreira política, bem como a representatividade do corpo eleitoral quanto à eleição do Presidente da Câmara.

Na conclusão, esboçamos o papel político do Presidente da Câmara do Porto à luz do que nos foi dado a perceber pelas fontes históricas, testemunhos e escassa bibliografia existente, procurando dar, assim, um contributo válido para esta questão, que permanece largamente em aberto.

Seguem-se, por último, as biografias dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto, estruturadas de acordo com a metodologia referida, a indicação das fontes e de toda a bibliografia consultada, um resumo em inglês e o índice analítico, indispensável numa obra desta natureza.

Com este trabalho, esperamos contribuir para um melhor conhecimento do Porto Contemporâneo, desde 1822 até ao presente, e colmatar, assim, uma lacuna desde sempre existente quanto à sua Câmara Municipal e aos seus Presidentes.

Resta-nos agradecer a todos aqueles que conosco trabalharam ou nos deram achegas e contributos para a realização do mesmo. Em primeiro lugar, ao director do Arquivo Histórico Municipal do Porto/Casa do Infante, doutor Manuel Real, e aos vários técnicos e demais funcionários que nos acompanharam no decorrer da investigação, pelas boas condições de trabalho disponibilizadas para a realização desta obra, e em especial ao doutor Jorge Rodrigues, que nos forneceu os resultados do levantamento interno das listas de vereadores da Câmara Municipal do Porto, o qual, embora nem sempre rigoroso e por vezes lacunar, se revelou indispensável como ponto de partida para a identificação dos Presidentes da Câmara do Porto e, sobretudo, das sucessivas vereações que se sucederam desde 1822 ao presente.

Ao Gabinete de Gestão de Informação da Universidade do Porto, na pessoa da doutora Eugénia Fernandes.

Ao Arquivo da Universidade de Coimbra, na pessoa da doutora Ana Leitão Bandeira.

Ao director do Arquivo Histórico Militar, tenente-coronel Carlos Fonseca.

Ao director da Torre do Tombo, doutor Silvestre Lacerda, e técnicos da mesma.

À professora doutora Conceição Pereira, investigadora do CEPESE e docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela colaboração prestada na recolha da legislação aplicada às Câmaras Municipais.

Ao engenheiro Artur Trindade, da Associação Nacional de Municípios, pela amabilidade que teve em ler a parte da legislação correspondente aos anos de 1974 em diante.

Ao professor doutor Manuel Teixeira, chefe de gabinete do Presidente da Câmara em exercício, pela disponibilidade e empenhamento que sempre demonstrou para que nos fossem concedidas, por parte da Câmara, todas as facilidades, em ordem à concretização deste estudo no curto prazo de que dispusemos.

Aos ex-Presidentes da Câmara Municipal do Porto, engenheiro Aureliano Veloso, doutor Fernando Gomes, engenheiro Nuno Cardoso e coronel Boaventura Martins Ferreira.

À doutora Conceição Cabral, viúva do ex-Presidente Fernando Cabral, ao engenheiro Carlos Brito, ao doutor Paulo Miguel Vallada, filho do ex-Presidente Paulo Vallada, e à doutora Laura Rodrigues, filha do ex-Presidente Artur Vieira de Andrade.

Ao arquitecto Fernando Maia Pinto, director do Museu do Douro, que nos cedeu graciosamente a reprodução de algumas imagens da exposição *Barão de Forrester – Razão e Sentimento*.

Ao comendador Mário Ferreira, que nos cedeu graciosamente a reprodução das imagens do Espólio Fotográfico Português.

Ao doutor Alberto de Almeida, da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.

Ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, o nosso Centro de Investigação, pelo apoio que nos proporcionou, nomeadamente aos doutores Bruno Rodrigues, Diogo Ferreira, Maria José Ferraria, Paula Barros, Paulo Amorim e Sílvia Braga, investigadores do mesmo Centro.

Finalmente, à Câmara Municipal do Porto, na pessoa do seu Presidente, doutor Rui Rio, que criou as condições para que este trabalho de investigação fosse produzido, e que revelou particular atenção à sua elaboração. Com efeito, este Projecto surgiu nos inícios de 2007, na sequência de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Porto, o qual tinha como objectivo traçar as biografias dos Presidentes da Câmara do Porto, desde o primeiro Presidente eleito no regime liberal até ao presente (1822-2009). A sua duração, dois anos, foi muito reduzida para a produção de um estudo desta natureza, e para o qual, sublinhe-se, não havia qualquer precedente, por mais simples que ele fosse. Mas a total dedicação da equipa de investigadores que integrou este Projecto permitiu a sua conclusão no prazo estabelecido, o qual, diga-se em abono da verdade, ultrapassou largamente o que se pretendia dele, isto é, voltamos a insistir, conhecer quem foram os Presidentes da Câmara do Porto durante a Época Contemporânea, iniciada com a Revolução do Porto de 1820.